

Acordo define comando das comissões

Brasília — Jamil Bittar

■ PFL ocupa os cargos mais importantes e PSDB leva a comissão de Economia

SONIA CARNEIRO E
EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, e os partidos aliados do governo — PFL, PMDB e PSDB — fecharam ontem um acordo para a divisão das principais relatorias e das sete presidências das comissões técnicas. Hoje, os líderes de todos os partidos se reúnem com o presidente do Senado para oficializar as indicações e traçar o calendário de votações do Congresso Nacional.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) foi escolhido para ser o relator da emenda da reeleição, tarefa disputadíssima na base governista. O PFL ficou com os mais importantes cargos no Senado. Coube ao PMDB a Comissão de Assuntos Sociais. O bloco de oposição aceitou ficar com a Comissão de Infra-estrutura para o senador Ademir Andrade (PSB-PA). O atual presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral (PFL-AM), ficará também com a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, a mais importante de todas. Pela CCJ passam todas as emendas constitucionais.

O impasse entre o PSDB e o PMDB, que brigavam pelas presidências das comissões de Assuntos Econômicos e Relações Exteriores, só foi resolvido com a interferência do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na última sexta-feira, o presidente da República recebeu o líder do PMDB, Jader Barbalho, em seu gabinete e ambos decidiram as indicações dos senadores José Serra (PSDB-SP) para a Comissão de Assuntos Econômicos e José Sarney (PMDB-AP) para a de Relações Exteriores.

Déspota — Reações ao acordo foram imediatas. O senador Jefferson Pêres (PSDB-AM) quer disputar com Serra a indicação da banca para a Comissão de Assuntos Econômicos. "Me recuso a acreditar na interferência do presidente Fernando Henrique. Mas, se for

verdade, o sociólogo José Artur Gianotti é que está certo: Fernando Henrique é um despota esclarecido", criticou Pêres. A reunião da banca do PSDB está convocada para quarta-feira, mas o líder do partido, Sérgio Machado (CE), quer evitar disputa. "Nomes como o de Serra devem ser indicados por consenso", defendeu o senador Geraldo Mello (PSDB-RN). Para ele, com Serra na presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, que analisa os pedidos de emissão de títulos públicos que agora estão sendo investigados pela CPI dos Precatórios, não haverá mais problemas. "A indicação de Serra é garantia de uma comissão séria e idônea", avaliou Geraldo Mello.

Na Câmara, o partido do presidente escolhe hoje seu novo líder e, a partir desta eleição, a cúpula do PSDB vai cobrar de Fernando Henrique a indicação de um tucano para o cargo de líder do governo, atualmente ocupado por Benito Gama, do PFL. "O PSDB quer o poder. Não é justo que o poder fique concentrado nas mãos do PFL", afirmou ontem o secretário-geral do PSDB, deputado Arthur Virgílio (AM).

Dois deputados disputam o cargo de líder do partido: Aécio Neves (MG), apoiado pelo Palácio do Planalto, e Jayme Santana (MA), que conta com o apoio de grande parte da bancada tucana. Mas a interferência dos governadores do PSDB deverá ser decisiva na eleição do novo líder. Os governadores do Ceará, Tasso Jereissati, de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, do Pará, Almir Gabriel, e do Rio, Marcello Alencar, estão apoiando a candidatura de Aécio Neves.

Com as discussões concentradas no Senado, onde estão sendo investigadas as irregularidades na emissão de títulos públicos, a semana na Câmara promete ser tranquila. A emenda da reforma administrativa só será votada daqui a duas semanas.